



Urgência para reforma trabalhista gera polêmica

Senadores governistas querem aprovação rápida do projeto, enquanto opositores defendem mais discussão

A tramitação da reforma trabalhista no Senado é motivo de debate entre os parlamentares. Senadores da base do governo defendem a aprovação rápida da

proposta, que passou na Câmara dos Deputados na quarta-feira. Para eles, as mudanças são fundamentais para a retomada do emprego. Os opositores, no entanto,

argumentam que o Senado deve analisar o projeto detalhadamente. Contrários à reforma, eles argumentam que o texto põe em risco direitos básicos dos trabalhadores. 3

Hopital informa que Eunício deve sair da UTI hoje de manhã 2

SUS terá que fazer avaliação psíquica de bebês 6

Escola de governo do Senado ganha novo site 8

Segundo Collor, eleições mostram França dividida 7

Jovem senadora vence Olimpíada de Neurociências 8

Casa fará tributo a ex-senador Lomanto Júnior 2

Rádios comunitárias pedem formas de financiamento



Gerardo Magela/Agência Senado

Hélio José (C) comanda debate na Comissão de Ciência e Tecnologia sobre a situação das rádios comunitárias no país

Representantes das rádios comunitárias reivindicaram ontem, na Comissão de Ciência e Tecnologia, aumento da potência dos transmissores, acesso a verbas públicas de mídia e direito a receber anúncios comerciais. Eles também cobraram a atualização da Lei da Radiodifusão Comunitária, de 1998. 5

Chile e Emirados Árabes deverão ter novos diplomatas

A Comissão de Relações Exteriores sabatinou e aprovou ontem os indicados do governo para assumir as embaixadas do Brasil no Chile e nos Emirados Árabes Unidos. Para Santiago, o escolhido é Carlos Sérgio Sobral Duarte, que na sabatina citou o recente incremento no comércio entre Brasil e Chile. Para Abu Dhabi, o indicado é Luís Lemos Igreja, que prometeu atuar para atrair mais investimentos do país árabe para o Brasil. As duas indicações agora dependem do Plenário. 7



Pedro França/Agência Senado

Collor conduz sabatina de Fernando Igreja (E), indicado para os Emirados Árabes, e Carlos Duarte, escolhido para o Chile

Mulher cientista precisa de mais apoio, conclui audiência

Mesmo tendo crescente participação na ciência e sendo a maioria a concluir cursos superiores, as mulheres ainda lidam com desigualdade no acesso a bolsas de pesquisa e a cargos de chefia, e com falta de incentivo em áreas como computação, física e matemática. Esse foi o foco de audiência realizada pela Procuradoria da Mulher e a Embrapa. 8

Em homenagem à UnB, Cristovam cobra vanguarda

Os 55 anos da Universidade de Brasília (UnB) foram celebrados ontem em sessão especial do Senado. Cristovam Buarque, que foi reitor da instituição, disse que a universidade precisa ser vanguarda na produção do conhecimento e na construção de uma sociedade melhor. A sessão foi requerida também pelos outros senadores do DF, Hélio José e Reguffe.

Na ocasião, foram lembrados o jornalista Carlos Chagas, ex-professor da UnB falecido na quarta-feira, e grandes nomes da universidade como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Oscar Niemeyer. A reitora, Márcia Abrahão, disse que a UnB ainda é um local de resistência e que foi pioneira nas cotas para negros e no vestibular para indígenas. 2



Gerardo Magela/Agência Senado

Em sessão especial presidida por Cristovam, Plenário comemora os 55 anos de fundação da Universidade de Brasília

Jefferson Rudy/Agência Senado



José Geraldo Júnior, reitora Márcia Abrahão, Cristovam Buarque, vice-reitor Enrique Unternbäumen e Isaac Roitman

UnB deve ser vanguarda, diz Cristovam em homenagem

Em sessão especial pelos 55 anos da Universidade de Brasília, senadores do Distrito Federal lamentaram a morte do jornalista Carlos Chagas, ex-professor da UnB, falecido na quarta-feira

A UNIVERSIDADE DE Brasília (UnB) precisa ser vanguarda na produção do conhecimento e na busca de construção de uma sociedade melhor, disse ontem Cristovam Buarque (PPS-DF), durante a sessão especial para homenagear os 55 anos da instituição. A sessão foi requerida pelos três senadores do Distrito Federal: além de Cristovam, que foi reitor da UnB de julho de 1985 a agosto de 1989, Hélio José (PMDB) e Reguffe (sem partido).

Após um minuto de silêncio em homenagem ao jornalista Carlos Chagas, ex-professor da UnB falecido na quarta-feira, e a execução do Hino Nacional e de duas canções pelo Coral da UnB, a sessão começou com o discurso do professor emérito do Instituto de Ciências Biológicas, Isaac Roitman.

Roitman lembrou o início da universidade e três grandes nomes da instituição — Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Oscar Niemeyer.

Crise

O professor afirmou que a principal causa da UnB é desmontar a crise da educação, que, para ele, não é uma crise, mas um projeto.

— Vivemos um momento difícil no Brasil. Todos temos o dever de trabalhar para reverter o presente quadro. Nesse contexto, eu lembro o pensamento de Oswaldo Cruz: não esmorecer para não desmerecer — disse.

Roitman recordou a inauguração da universidade em 21 de abril de 1962, no Auditório Dois Candangos, concluído 20 minutos antes da inauguração. Destacou que o auditório leva esse nome em homenagem aos operários Expedito Xavier

Gomes e Gedelmar Marques, que morreram em um desabamento durante a construção.

A reitora da UnB, Márcia Abrahão Moura, lembrou o caso do estudante de geologia Honestino Guimarães, morto na época da ditadura militar.

Márcia, que também é geóloga, disse que a UnB ainda é uma universidade de resistência e que foi pioneira em vários temas, como as cotas para negros e o vestibular para indígenas, que será retomado este ano.

— Nós nos comprometemos a já agora fazermos o vestibular para indígenas, porque é inadmissível ficarmos com a redução da comunidade indígena na UnB — disse.

Pesquisa

A reitora anunciou que será relançada a revista *Darcy*, que traz a divulgação científica e cultural de uma forma mais “palatável” para a sociedade.

Ela disse que a universidade precisa de investimentos para continuar existindo, mas informou a criação do Decanato de Pesquisa e Inovação, para aplicar a pesquisa por meio de patentes.

— A universidade tem que saber dar os saltos e tem que se comprometer. Uma universidade que tem na sua história tantas pessoas que foram retiradas brutalmente da nossa convivência não pode se fechar para os grandes dilemas da humanidade. E este é um compromisso que nós temos para os próximos 45 anos — afirmou.

Márcia ressaltou a ampliação do alcance da instituição dentro do Distrito Federal nos últimos anos, chegando a Ceilândia, ao Gama e a Planaltina.

O senador Hélio José lembrou seus tempos de estudante da UnB e disse que a Comissão Senado do Futuro (CSF), que preside, está aberta a uma parceria com a universidade para fazer debates sobre temas importantes para o país.

— Vamos fazer grandes fóruns de debates, debates futuristas com relação à questão das energias renováveis, com relação à questão da nova democracia, com relação à questão dos direitos humanos, com relação às várias questões inerentes aos jovens, aos estudantes e a uma melhor qualidade de educação, de trabalho, de segurança e de saúde em nosso país — disse.

Desafios

Cristovam afirmou que nenhum cargo que já ocupou o orgulhou ou o satisfaz mais do que ter sido reitor da universidade. Ele distribuiu ao Plenário os desafios que escreveu há 30 anos, pensando nos próximos 20 anos da UnB, e disse que hoje a universidade precisa pensar nos próximos 45 anos e buscar a vanguarda no conhecimento científico e na busca de melhorar a sociedade.

— Eu preferi fazer uma reflexão nesse sentido de como continuar a única coisa que é permanente numa universidade: ser vanguarda. E a UnB nasceu para ser vanguarda, tem a obrigação de continuar vanguarda, para continuar sendo a universidade que é orgulho do Brasil, que a professora Márcia tem o orgulho de dirigir — disse.

Também compuseram a Mesa do Plenário o vice-reitor da UnB, Enrique Huelva, e o ex-reitor José Geraldo de Sousa Junior.

Hospital informa que Eunício deve ter alta da UTI hoje

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, sofreu um desmaio na madrugada de ontem. Ele foi atendido na Clínica Daher e posteriormente transferido ao Hospital Santa Lúcia, ambos em Brasília.

Exames afastaram as hipóteses de acidente vascular cerebral e encefalite viral. A expectativa é que o senador tenha alta da UTI na manhã de hoje, conforme indica boletim médico emitido às 21h de ontem.



BOLETIM MÉDICO

Data: 27 de abril de 2017
Horário: 21h
Hospital Santa Lúcia

Paciente: Senador Eunício Lopes de Oliveira

O Hospital Santa Lúcia informa que o paciente Eunício Lopes de Oliveira permanece internado em observação na unidade de tratamento intensivo (UTI). Apresenta-se em bom estado geral e com melhora gradativa do quadro clínico. Já caminha sozinho e encontra-se consciente e orientado.

Há perspectiva de alta da UTI amanhã pela manhã.

Dr. Cláudio Carneiro – Neurologista Clínico do Hospital Santa Lúcia
Dr. André Sales – Diretor Clínico do Hospital Santa Lúcia
Dr. Raul Sturari – Diretor Médico do Hospital Santa Lúcia

Observação – Este boletim médico só foi divulgado após autorização por escrito dos assessores do paciente.

Assessoria de Imprensa
Hospital Santa Lúcia

Boletim médico divulgado à noite pelo hospital onde Eunício está internado

Senado fará sessão especial para lembrar Lomanto Júnior

O Senado fará sessão especial, na quinta-feira, para homenagear o ex-senador e ex-governador da Bahia Antônio Lomanto Júnior pelos 49 anos de vida pública.

Lomanto faleceu em novembro de 2015, aos 90 anos de idade. O requerimento da solenidade foi feito por Otto Alencar (PSD-BA).

Antônio Lomanto Júnior nasceu em 1924 em Jequié (BA). Apesar da formação como dentista, ingressou ainda jovem na carreira política, que começou como vereador em sua cidade natal, em 1951. Também foi prefeito de Jequié. Foi eleito governador do estado em 1963, e foi senador pela Bahia de 1979 a 1987, primeiro pela Arena e depois pelo PFL. Tinha como maior bandeira o municipalismo, tendo presidido a Associação Brasileira dos Municípios.

Lomanto Júnior foi ainda deputado estadual e federal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ex-senador Lomanto Júnior, falecido em 2015, defendeu o municipalismo

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Debates

9h Sessão não deliberativa para pronunciamentos de senadores e avisos da Mesa Diretora.

CI Rodovia em Rondônia

14h Audiência, em Rondônia, sobre a concessão e a duplicação da BR-364 no trecho entre Comodoro (MT) e Porto Velho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Contrária à proposta aprovada na Câmara, a oposição cobra análise detalhada no Senado e quer mudanças no texto, enquanto a base do governo defende aprovação rápida

Urgência da reforma trabalhista divide senadores

A REFORMA TRABALHISTA aprovada pela Câmara dos Deputados na quarta-feira ainda não chegou ao Senado, mas a tramitação já é alvo de debates entre os parlamentares. Enquanto a oposição cobra análise cuidadosa do tema, com a participação de várias comissões e mudanças no texto, a base do governo defende rapidez na tramitação pela importância das medidas previstas.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) diz que já espera que a base do governo peça urgência para o projeto e antecipou que a iniciativa terá resistência.

— Eu espero que esse seja o primeiro ponto que nós devemos enfrentar. Não é admissível, não só em nome dos direitos dos trabalhadores, mas do próprio país, que uma matéria dessa monta tramite em regime de urgência.

A proposta de reforma, encaminhada pelo Executivo no final de 2016, altera diversos pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela faz mudanças como a prevalência de negociações coletivas sobre a legislação, o fim do imposto sindical obrigatório e a regulamentação do trabalho intermitente (por hora) e do trabalho à distância.

Apesar da posição contrária à reforma, membros da oposição reconhecem ser preciso atualizar as regras trabalhistas. No entanto, reivindicam que os trabalhadores não percam direitos adquiridos e nem a proteção da CLT. É o que afirma Jorge Viana (PT-AC).

— Temos que atualizar a legislação trabalhista, e não destruir o direito mínimo. Não podemos pegar um momento de economia fragilizada e fazer o desmonte de toda uma conquista.



Acordos coletivos aprovados por empregados em assembleias valerão sobre a legislação trabalhista, segundo texto a ser analisado pelo Senado

Os opositoristas têm apoio do líder do partido do presidente Michel Temer no Senado. Renan Calheiros (AL), que lidera a bancada do PMDB, também quer que o assunto seja tratado “com muita deliberação” e “sem fazer ouvidos moucos à sociedade”. Ele fala inclusive em mudanças no texto aprovado.

— O Senado precisa ter serenidade. É muito importante atualizar leis, mas outra coisa é fazer desmonte de direitos conquistados ao longo de anos. Não acredito que a reforma passe aqui no Senado da forma que vem da Câmara.

Retomada do emprego

A base do governo, por outro lado, quer uma resolução rápida. O líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), diz acreditar

que a reforma está sendo injustamente encarada como um perigo quando é, na verdade, uma saída para melhorar a economia nacional e gerar emprego.

Entre os senadores que defendem a reforma, o argumento é que ela é necessária para a retomada de contratações. Para Ataídes Oliveira (PSDB-TO), a maior fragilização para os trabalhadores são o desemprego e informalidade.

— A retomada do emprego passa obrigatoriamente por essa reforma trabalhista que o presidente Temer teve a coragem de mandar para o Congresso.

Ana Amélia (PP-RS) avalia que o maior mérito da reforma é fazer com que a CLT deixe de enxergar o trabalhador “como se fosse incapaz de decidir

o que é mais conveniente para ele”.

Parte da oposição, no entanto, fala em rejeitar completamente a proposta. É o caso de Humberto Costa (PT-PE), que fala em “enterro da CLT” e afirma que muitas alterações foram propostas por entidades patronais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Regina Sousa (PT-PI) diz que a reforma fragiliza os trabalhadores. Segundo ela, com o desemprego em alta, eles não terão poder de barganha para negociar melhores condições de trabalho. E, se a proposta entrar em vigor, não terão mais as garantias da CLT.

— Boa parte dos patrões tem a mentalidade do século 16. Eles vão tratar bem trabalhador depois que tiverem abertura para fazer o que quiserem?

Mudanças propostas aprofundam desigualdade social, acusa Renan

Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que se sente “consternado” com a situação dos milhares de



Brasil precisa dizer alguma coisa aos trabalhadores. Ele criticou a regra de que o acordado se sobrepõe ao que está na lei.

— É uma chantagem explícita: ou aceita ou cai fora. É o “dá ou desce” trabalhista.

a reforma retira direitos, é injusta e vai aprofundar a desigualdade social.

Às vésperas do Primeiro de Maio, disse, o

Para ele, não há nenhuma relação entre a geração de empregos e a flexibilização das leis trabalhistas.

Vanessa critica texto aprovado na Câmara e prevê perdas de direitos

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou o texto da reforma trabalhista aprovada pelos deputados. Ela citou aspectos do projeto que, disse, apresentam perdas para os trabalhadores. Na lista, está a permissão para que o que for negociado se sobreponha à legislação.

A senadora explicou que isso só acontece hoje se houver mais benefí-

cios para o trabalhador, mas que, com o novo texto, a negociação se sobrepõe à CLT mesmo que seja para subtrair direitos.

— Quem defende o projeto diz que o Brasil teria entrado no caminho da modernidade, que a reforma vai propiciar novos empregos e que a juventude teria mais flexibilidade na hora da contratação. Quanta mentira!

Para Ana Amélia, o que fragiliza o trabalhador é o desemprego

O que fragiliza os trabalhadores é o desemprego, que atinge 13 milhões de pessoas, e não a reforma trabalhista, disse ontem Ana Amélia (PP-RS).

A senadora lamentou que os críticos da reforma, aprovada na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, se refiram às mudanças como se tivessem sido extintos as férias e o 13º salário,



conquistas que, observou, foram mantidas.

Ela apoiou a extinção do imposto sindical e declarou-se surpresa com o fato de muitas dessas entidades não aceitarem a prevalência do negociado sobre o legislado.

— Nós temos que libertar o trabalhador para que ele decida o que é melhor para ele.

Humberto Costa pede que colegas rejeitem “golpe contra o trabalhador”

Humberto Costa (PT-PE) considerou “um processo agressivo” de retirada de direitos dos trabalhadores



outro ponto criticado pelo senador, que apontou na medida uma tentativa de enfraquecimento dos sindicatos no momento de desemprego alto e de perda de renda.

a reforma trabalhista aprovada pela Câmara na quarta-feira. Em pronunciamento ontem, ele disse que uma das “medidas terríveis” aprovadas é a prevalência do acordado sobre o legislado.

O fim da contribuição sindical obrigatória foi

— É uma reforma para o setor patronal e um golpe contra os trabalhadores — afirmou, apelando aos colegas para rejeitar o texto que será examinado no Senado.

Requião: brasileiros devem dizer “não” a política que privilegia capital financeiro

Roberto Requião (PMDB-PR) chamou os trabalhadores para a greve geral marcada para hoje. O senador disse que é hora de o povo mostrar sua insatisfação em relação a “esse absurdo que só serve ao mercado financeiro e à concentração de renda”.

— Para Brasil! Para com força e de verdade, a fim de dizer “não” a essa



política estúpida e irracional comandada pelos interesses do capital financeiro, e não do povo brasileiro.

Para ele, a prevalência do neoliberalismo tem trazido consequências dramáticas ao país, como a estagnação econômica e o desemprego. Ele criticou o elevado gasto para o pagamento dos juros da dívida pública.

Segundo Lindbergh, ato nacional mostrará que governo não tem apoio

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse acreditar que o Brasil será outro depois da greve geral marcada

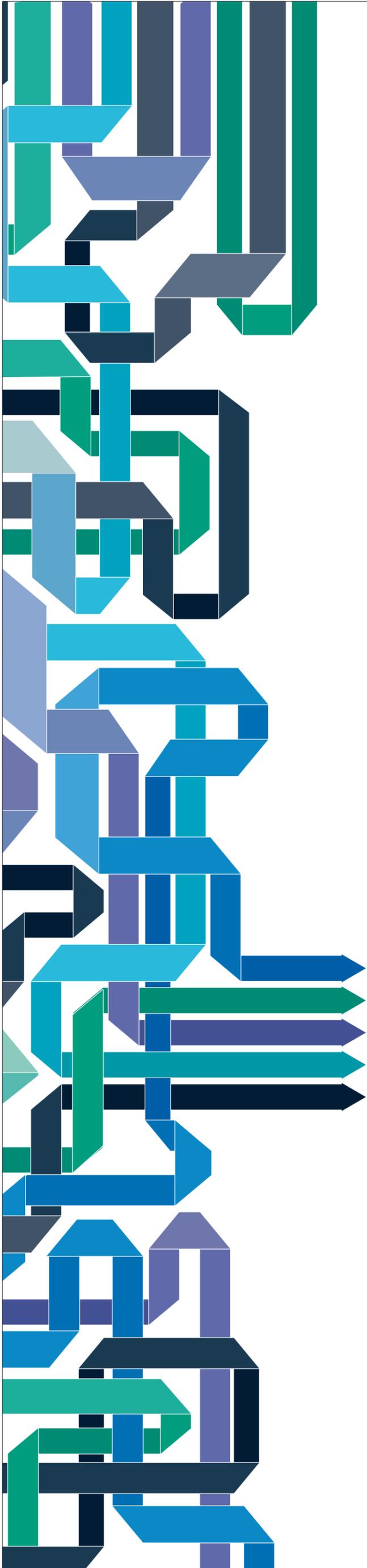


— Essa greve vai derrotar de vez a reforma da Previdência e balançar de vez o Palácio do Pla-

para hoje em todo o país. A greve é um protesto contra as reformas trabalhista e previdenciária. Para o senador, o governo nunca esteve com a popularidade tão baixa e não conta com os votos para aprovar as reformas.

nalto. É como se o Brasil todo estivesse dizendo “sai, Temer, sai daí”. Esse governo vai ficar cada vez mais fraco.

Para Lindbergh, a reforma trabalhista “é de uma perversidade brutal” contra os trabalhadores.



Descomplicamos o orçamento público

Você sabe quanto o governo federal investiu em **educação** no ano passado? E quanto dinheiro teremos disponível para **saúde** neste ano?

Agora, no Painel Cidadão do Siga Brasil você pode consultar usando palavras-chave e expressões simples. O resultado é rápido e direto, apresentado de forma visual, por meio de gráficos e tabelas.

Acesse www.senado.leg.br/painelcidadao



SIGA BRASIL

Orçamento público federal descomplicado



Rádio comunitária quer verba pública de mídia

Em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, representantes do setor apontaram os problemas que enfrentam, como a falta de formas de financiamento e a desatualização da lei

AUMENTO DA POTÊNCIA de transmissores, acesso a recursos de verbas públicas de mídia e direito a receber anúncios comerciais. Essas foram algumas das reivindicações dos representantes de rádios comunitárias que participaram da audiência pública de ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre o tema. Eles cobraram a atualização da Lei 9.612/1998, a Lei da Radiodifusão Comunitária.

O presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço Nacional), Geremias dos Santos, afirmou que o governo permitiu a criação das rádios, o que foi um grande passo, mas as condenou a “morrer de fome”, já que não previu formas de financiamento. Em meio a isso, elas precisam pagar despesas fixas como aluguel, internet e telefone e até mesmo os direitos autorais de músicos e compositores ao Escritório Central de Arrecadação (Ecad), o que dificulta a continuidade dos trabalhos.

— Queremos ter acesso a verbas públicas de mídia. É absurdo não termos acesso à verba de mídia que prefeituras, câmaras, assembleias legislativas, governos estaduais e federal têm disponível — afirmou.

O dirigente relacionou outros tópicos que precisam ser revistos na legislação das rádios comunitárias, como a possibilidade de expansão, com três canais por município, o aumento da potência dos transmissores dos atuais 25 watts para 250 watts, numa preparação para a rádio digital, e até a previsão de formar rede de rádios comunitárias pelo Brasil inteiro.

A Abraço Nacional está participando de um congresso sobre o tema, e a ideia, explicou Santos, é que se elabore um anteprojeto de iniciativa popular com as alterações discutidas, que poderiam ser feitas até mesmo por medida provisória se houvesse von-



Santos, Gebrim, Paolucci e o coordenador da Associação de Radiodifusão do DF, Divino Cândido, participam do debate presidido por Hélio José (C)

tade política. Hélio José (PMDB-DF), autor do requerimento da audiência, prometeu conversar com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para estudar o assunto.

Mídia

O representante do Ministério das Comunicações, Rodrigo Gebrim, esclareceu que as rádios podem fazer propaganda, receber o chamado apoio cultural, especialmente do comércio local e da comunidade, desde que as chamadas não divulguem preços e condições de pagamento. Ele disse que o governo e o Ministério não se opõem ao acesso à verba de mídia, mas lembrou que é preciso mudar a legislação para isso.

Gebrim falou sobre o processo de outorga, com mudanças implantadas pelo Ministério das Comunicações que vão diminuir o tempo para a autorização de funcionamento de novas rádios comunitárias. Se antes cada processo levava pelo menos quatro anos, ele agora dura cerca de um ano e a expectativa é de que caia para seis meses. São 4.775 rádios comunitárias

em operação no país desde a sanção da Lei 9.612/1998.

— Não tem como falar que não damos prioridade nem prezamos o serviço, o número de outorgas fala por si só — disse.

Ele pediu ajuda à Abraço Nacional e aos radiodifusores que divulguem a abertura dos editais, para que exista pelo menos uma rádio comunitária em cada município brasileiro, e, principalmente, que chamem a atenção dos responsáveis pelas rádios para que providenciem os documentos para a renovação das outorgas, para que o cancelamento não seja feito por questões burocráticas.

Portal e-Cidadania

Bastante questionado pelos internautas por meio do Portal e-Cidadania, que acusaram várias rádios comunitárias de praticar proselitismo e divulgar apenas conteúdo dirigido, seja político ou religioso, por exemplo, Gebrim reiterou que a população deve auxiliar nas denúncias contra aqueles que fazem mau uso dos veículos de comunicação.

— Denunciem, temos um setor específico no ministério que cuida disso. O conteúdo das rádios deve ser aberto para a comunidade, com pluralidade de opinião. É do nosso interesse atuar, mas precisamos de ajuda para isso. É impossível fiscalizar o conteúdo de todas as rádios comunitárias — afirmou.

Perseguição

O chefe da assessoria técnica da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Marcus Vinícius Paolucci, também lembrou que a agência fiscaliza as rádios comunitárias de acordo com o estabelecido em lei e negou haver perseguições às emissoras nas fiscalizações.

O representante da Anatel citou portarias e normativos editados pelo Ministério das Comunicações que facilitaram a atuação das rádios comunitárias nos últimos anos. Exemplo disso foi a conversão de situações que configuravam crime de “clandestinidade” para “irregularidades técnicas”, sujeitas apenas a penalidades administrativas.

Lúcia Vânia elogia aprovação da extinção do foro privilegiado

Lúcia Vânia (PSB-GO) comemorou anteontem a aprovação pelo Plenário do Projeto de Lei do Sena-



autoridade] foram alterados de modo a contemplar a opinião, não apenas de senadores e da classe política, mas também de representantes do Poder Judiciário e da sociedade — elogiou.

Com relação à PEC 10/2013, a senadora afirmou que o foro privilegiado representa um flagrante contraste em relação ao mandamento republicano de que todos são iguais perante a lei e a aprovação da PEC aperfeiçoa as instituições democráticas.

— Conseguimos chegar a uma solução de consenso com o parecer do senador Roberto Requião. Os pontos considerados mais sensíveis do projeto [abuso de

Para Alvaro Dias, Senado teve dia histórico na quarta-feira

Alvaro Dias (PV-PR) afirmou ontem que o Senado viveu um dia histórico na quarta-feira, com a aprovação, em primeiro turno, da PEC 10/2013, que acaba com o foro privilegiado em caso de crime comum. A proposta, do próprio Alvaro, foi aprovada na forma do substitutivo do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que manteve o foro por prerrogativa de função em caso de crime comum apenas para os chefes dos Poderes da União.



O senador espera agora que a Câmara também ouça a opinião da sociedade e aprove a PEC.

— Nós sabemos que a população brasileira não concorda com esse pedestal onde se colocam privilégios atendendo a interesses de uma casta no país — afirmou

Alvaro disse ainda ter votado contra o PLS 85/2017, sobre abuso de autoridade, também aprovado na quarta-feira, segundo ele dispensável neste momento.

Regularização fundiária é justiça social, diz Wellington Fagundes

A regularização fundiária é fundamental para a geração de riqueza e renda em Mato Grosso, disse ontem Wellington Fagundes (PR-MT), ao lamentar o assassinato de nove trabalhadores rurais no distrito de Taquaruçu do Norte, a 350 quilômetros da cidade de Colniza, ocorrido na semana passada.

O senador disse que há suspeita de que os homicídios tenham sido provocados por conflito de terra. Ele destacou que uma comis-



são externa do Senado deverá comparecer a Mato Grosso para acompanhar as investigações da chacina.

— São mais de 70 mil famílias no meu estado que reclamam essa questão. Sem dúvida nenhuma, a regularização fundiária vai trazer geração de riqueza, porque as pessoas que lá estão trabalham e geram alimentos com qualidade. Fazer a regularização fundiária é também fazer justiça social — afirmou.

Lei obriga SUS a avaliar risco psíquico de bebês

Nova regra, que passa a valer daqui a 180 dias, prevê que crianças de até 18 meses passem por exames médicos para detectar anormalidades no desenvolvimento, como transtornos de autismo

O SISTEMA ÚNICO de Saúde (SUS) será obrigado a adotar um protocolo com padrões para a avaliação de riscos ao desenvolvimento psíquico de crianças de até 18 meses de idade. É o que determina a Lei 13.438/2017, sancionada na quarta-feira e publicada nesta ontem no *Diário Oficial da União*.

A lei é decorrente do Projeto de Lei do Senado (PLS) 451/2011, aprovado na Casa em abril de 2013 e na Câmara dos Deputados no mês passado. A norma entra em vigor daqui a 180 dias.

O texto, que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que crianças de até 18 meses de idade façam acompanhamento por meio de protocolo ou outro instrumento de detecção de risco de desenvolvimento psíquico. O acompanhamento se dará em consulta pediátrica.

Desenvolvimento

De acordo com a autora do projeto, senadora Ângela Portela (PDT-RR), esses exames poderão detectar precocemente, por exemplo, o transtorno do espectro autista, o que permitirá um melhor acompanhamento no



Ângela Portela, autora do projeto, afirma que exames a serem feitos são simples

desenvolvimento futuro da criança. Em pronunciamento no Plenário no início deste mês, quando a proposta foi enviada à sanção, ela afirmou:

— Esse tipo de exame já é aplicado em consultas médicas simples. Compõe-se de 31 indicadores que possibilitam acompanhar o desenvolvimento do bebê de 0 a 18 meses. Esses indicadores reúnem aspectos corriqueiros da vida do bebê, com análise de suas reações a pequenos estímulos externos, das formas de expressão de suas necessidades, da resposta ao olhar da mãe durante a amamentação e dos gestos que a criança faz.

Na justificativa do projeto, ela sugeriu a adoção do Protocolo Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil, já utilizado pelo SUS, mas disse que outro instrumento pode ser utilizado.

A relatora na Comissão de Direitos Humanos (CDH), senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), considerou justa a proposta.

No relatório, Marta afirma: “Nada mais justo do que implantar, dentro dos serviços públicos de saúde, à luz do princípio da atenção integral, instrumento voltado para auxiliar a detecção de anormalidades no desenvolvimento infantil”.

Rádio Senado aborda prescrição do crime de estupro

Em 1971, a jovem Inês Etienne, que combatia o regime militar, foi levada até a Casa da Morte, uma estrutura montada em Petrópolis (RJ) para torturar opositores à ditadura. Entre as torturas enfrentadas por Inês, uma marcou o resto de sua vida: o estupro.

O Ministério Público Federal apresentou denúncia contra o acusado de estuprar a jovem, mas um juiz não acatou a denúncia, destacando, entre outros motivos, a prescrição do crime: Inês não teria denunciado a tempo o estupro.

O crime sofrido por Inês

ainda é comum no Brasil. De acordo com o Ipea, são mais de 500 mil estupros por ano no país — dados em projeção, já que incluem muitos que nem chegam a ser denunciados. A cada minuto acontece um estupro no Brasil.

Para colaborar no debate sobre o tema, a Rádio Senado apresenta a reportagem especial “A culpa é do estuproador”. Além da história de Inês Etienne, a reportagem mostra a opinião de juristas, psicólogos, especialistas e senadores sobre uma proposta de emenda à Constituição, prestes a ser

votada no Senado, que torna o crime de estupro imprescritível no país, ou seja, sem prazo definido para que seja feita a denúncia (PEC 64/2016).

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS), relatora da PEC, lembra que “o estupro é um atentado tão grave ao direito, ao próprio corpo da mulher”, que, para denunciá-lo, pode levar muito mais que os 20 anos previstos na lei.

Reportagem Especial
“A culpa é do estuproador”
Hoje, às 18h; amanhã, às 10h; e domingo, às 17h

Vaquejada e banda larga são temas da nova edição da revista *Em Discussão!*

Já está disponível na internet a nova edição da revista *Em Discussão!*, editada pelo **Jornal do Senado**. A reportagem de capa aborda a polêmica da vaquejada, prática cultural que é importante no Nordeste e em outras regiões, mas enfrenta oposição de grupos de defensores dos animais.

Após uma decisão do Supremo que proibiu a vaquejada, os partidários do esporte iniciaram uma estratégia política, visando à aprovação de leis e mudanças na Constituição para descaracterizar a prática como violenta. Segundo vaqueiros, criadores e parlamentares favoráveis à causa, a vaquejada respeita o limite dos bois e é parte significativa da vida cultural e econômica de certas regiões.

É sobre essa polêmica que a equipe da revista se debruçou para levar aos leitores um relato amplo do ambiente em que se trava o debate em torno da derrubada de bois: arenas que reúnem milhares de pessoas, não apenas para ver as vaquejadas, mas para participar de leilões de cavalos e assistir a megashows.

A revista faz um apanhado da controvérsia política e

jurídica e avalia a questão pelo viés da preservação do patrimônio cultural, além de analisar os projetos já aprovados ou em via de serem votados pelo Senado.

O segundo tema tem igualmente gerado disputa: o conflito entre consumidores e as operadoras de telefonia a respeito da banda larga fixa. Desde que, em 2016, aventou-se a hipótese de as operadoras poderem limitar, ou até cortar, o fluxo de dados dos assinantes que atingissem o volume contratado, o assunto ferveu, mas acaba de ter um desfecho. O Senado aprovou projeto que veda às operadoras interromper dados, a não ser por falta de pagamento.

Acordo do clima

A revista traz uma resenha sobre trabalho da Consultoria Legislativa do Senado que aponta caminhos para o Brasil cumprir o Acordo de Paris, por meio do qual países se comprometem a reduzir as emissões de gases de efeito estufa para controlar o aquecimento global.

Revista *Em Discussão!*
senado.leg.br/emdiscussao



Capa da nova edição da revista, que aborda temas como a vaquejada

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Brasil deve ter novo embaixador em Abu Dhabi

Diplomata foi sabatinado e aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Exteriores e agora depende da aprovação do Plenário. Ele pretende obter novos acordos comerciais

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Fernando Luís Lemos Igreja para o cargo de embaixador em Abu Dhabi, a capital dos Emirados Árabes Unidos. A indicação agora vai para o Plenário.

Na sabatina, Igreja afirmou que a prioridade será o fechamento de acordos visando à atração de mais investimentos árabes em nossa economia e o incremento das exportações de produtos brasileiros.

— Eles têm um fundo soberano que acumula US\$ 1 trilhão. Desse montante, apenas US\$ 500 milhões estão investidos aqui. É muito pouco.

Igreja explicou que o desinvestimento dos investimentos passam pela formalização de dois acordos entre Brasil e os Emirados Árabes. Já estão agendadas para maio reuniões entre negociadores do país árabe com a Receita Federal, objetivando um acordo contra a bitributação.

— Esse acordo é considerado condicional por eles para que seja assinado um segundo,



Fernando Lemos Igreja responde a senadores na Comissão de Relações Exteriores

voltado à proteção de investimentos. Os dois países demonstram vontade política em fechar essas negociações agora.

Imigrantes

Senadores como Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Ana Amélia (PP-RS) manifestaram apoio ao fortalecimento dos laços comerciais entre as duas nações, chamando a atenção para o montante “irrisório” de investimentos que o Brasil atrai hoje do fundo soberano dos Emirados Árabes.

O aprofundamento das negociações também foi apoiado por Jorge Viana (PT-AC) e José

Agripino (DEM-RN), que comentaram aspectos políticos e sociais do país árabe.

Viana lembrou que esteve em Abu Dhabi em 2014, numa comitiva de senadores que

acompanharam a inauguração de uma fábrica da BR Foods, e disse que um dos fatos que lhe chamaram a atenção foram as más condições de trabalho de milhões de imigrantes de países pobres da Ásia que lá vivem.

— Esse é um fator que gera questionamentos de ONGs europeias e americanas. Eu mesmo vi trabalhadores morando em contêineres em pleno calor do deserto, submetidos a jornadas exaustivas e baixos salários — disse o senador.

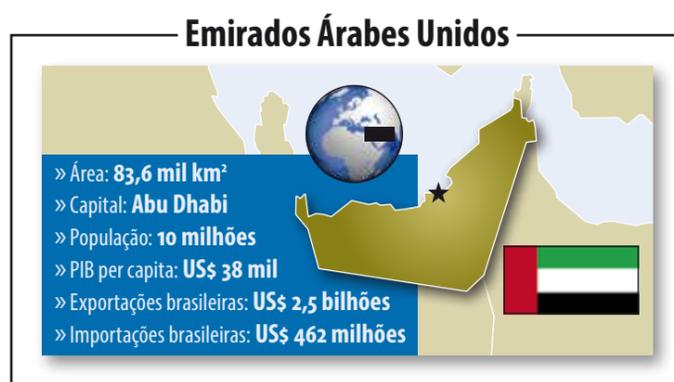
Agripino considera que o modelo sociopolítico dos Emirados Árabes deve provocar reflexões, pois, ao mesmo tempo que é bem-sucedido na

inserção na globalização e gera dezenas de milhões de empregos, adota uma legislação segregacionista.

— Com base nas riquezas do petróleo, adotam um modelo político em que os emires, na verdade, são os donos do país, donos de tudo. Até grandes empresas, como a Emirates e a Etihad [companhias aéreas], pertencem às famílias dos dirigentes — lembrou.

Igreja admitiu que o modelo político dos Emirados Árabes é único no mundo, fruto de um acordo entre sete emirados firmado em 1971 após o fim do domínio britânico sobre a região. Ele destacou, no entanto, o papel estabilizador que os dirigentes da nação buscam cumprir em todo o Oriente Médio desde então.

Sobre as condições de trabalho dos imigrantes, que formam 85% da população, o diplomata ressaltou que esse é um ponto relevante nas relações dos Emirados Árabes com outros países asiáticos, por isso disse crer em evoluções na situação desses trabalhadores.



Indicado para embaixada no Chile passa em sabatina

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Carlos Sérgio Sobral Duarte para o cargo de embaixador do Brasil no Chile. A indicação segue para análise do Plenário.

Na sabatina, Duarte destacou a relevância que o Brasil possui no estoque de investimentos externos chilenos, já ultrapassando US\$ 27 bilhões, cerca de 25% do capital exportado por aquele país.

— O auge dessas relações foi em 2011, com o intercâmbio comercial chegando próximo a US\$ 10 bilhões. Caiu nos últimos dois anos também por



Duarte destaca boas relações comerciais entre Brasil e Chile

causa da baixa nos preços das commodities, mas nos primeiros meses de 2017 o comércio bilateral já registra crescimento de 43% se comparado com o do ano passado.

Durante a reunião a comissão também aprovou o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Chile, assinado em 2015 (PDS 36/2017). Para o diplomata, a ratificação do acordo possibilitará um aprofundamento das trocas comerciais entre os dois países.

Acordo

Foi aprovado ainda acordo do governo brasileiro com a Itália. Trata-se de ajuste complementar ao acordo de cooperação em defesa, relacionado ao campo aeroespacial (PDS 88/2016). Também foi dado aval a acordo com a Espanha sobre troca e proteção mútua de informações classificadas (PDS 28/2017).



Collor comenta eleições presidenciais na França

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), apresentou aos demais membros da comissão análises feitas por especialistas internacionais relativas ao processo eleitoral francês, que levou ao segundo turno do pleito presidencial Marine Le Pen (Frente Nacional) e Emmanuel Macron (En Marche).

Para o senador, os resultados na França apontam um “país dividido”. Uma “nação urbana”, que apoiou Macron no primeiro turno, e uma “França de pequenas cidades desindustrializadas”, que preferiu Le Pen.

— Esse é um corte semelhante ao que se manifestou nas eleições norte-americanas e levou ao triunfo de Trump — ressaltou o senador.

Foi destacado pelo presidente da CRE os números de Paris, onde Macron liderou com cerca de 35% das preferências, mas Le Pen não chegou a 5%. Ele também

destacou uma pesquisa mostrando que a candidata da Frente Nacional foi a preferida entre os operários no primeiro turno, com 37% dos votos, sendo seguida pelo esquerdista Jean-Luc Mélenchon, com 24%.

Citando a analista política Anne Applebaum, do jornal americano *The Washington Post*, Collor lembrou que, com o resultado do primeiro turno, a França tornou-se a primeira nação ocidental a não levar para a corrida final nenhum dos grandes parti-



Fernando Collor vê na França divisão semelhante à verificada nos EUA

dos que dominaram a política na segunda metade do século 20. Para ela, a agenda do segundo turno (marcado para 7 de maio) “está clara”, opondo forças políticas pró e contra a globalização.

— Macron é favorito, mas, ganhe quem ganhar, não terá maioria no Parlamento — disse Collor, citando a análise da jornalista.

O presidente da CRE também destacou a visita do primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy, ao Brasil no início desta semana. Ele chamou atenção para o “forte apoio” mais uma vez manifestado por Rajoy às negociações entre Mercosul e União Europeia, visando à assinatura de um acordo comercial, “uma posição histórica da Espanha”.

— Ele fez questão de dizer que seu país é na Europa quem mais estimula o acordo — reforçou o senador, lembrando que a Espanha é o terceiro maior investidor na economia brasileira.

Audiência discutirá venda de terras a estrangeiros

Uma audiência vai discutir a venda de terras para empresas estrangeiras. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou requerimento de Jorge Viana (PT-AC) que pede debate sobre o tema com o comandante-geral do Exército,

general Eduardo Villas Bôas; o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho; os presidentes do Incra, Leonardo Góes, e da Funai, Antonio Fernandes.

Viana disse ser contra projeto em análise pelos deputados que libera a compra e arrendamento de terras por empresas com controle estrangeiro. O senador teme que esse tipo de negociação ocorra “sem se estipular um limite de área”. Ele também criticou o regime de urgência adotado na Câmara para a proposta.

Espaço da mulher na ciência é restrito, aponta audiência

Pesquisadoras que participaram de debate ontem no Senado falaram sobre desigualdades ainda enfrentadas pelas mulheres na produção científica, apesar da crescente presença feminina no setor

A PARTICIPAÇÃO DAS mulheres na ciência está crescendo, mas elas ainda enfrentam desigualdade em questões como o acesso a bolsas de pesquisa e a cargos de chefia. A conclusão é de participantes de audiência realizada ontem pela Procuradoria da Mulher do Senado em parceria com a Embrapa.

As mulheres são maioria na conclusão de cursos superiores e também no percentual de bolsas de iniciação científica: 59% delas, segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Porém, nas bolsas de produtividade de pesquisa, para pesquisadores de destaque, a distribuição muda: somente 24% delas foram destinadas a mulheres em 2015.

A decana de Pesquisa e Inovação da UnB, Maria Emília Walter, destacou que hoje as mulheres publicam 50% da produção científica, mas nas áreas de ciência da computação e matemática, a proporção é de 75% para homens e apenas 25% para as mulheres:

— Embora sejam metade, 30%, 40% do corpo de cientistas, nos cargos de gestão elas não estão, sobretudo nessas áreas mais duras — informou.

A gerente de Programas da ONU Mulheres, Joana Chagas, defendeu que o incentivo precisa vir desde cedo:

— Quando elas não são encorajadas na escola e não veem como possibilidade carreiras nas áreas de engenharia, de matemática, de física, elas já

criam no inconsciente uma imagem de que não é um lugar para elas, que não são capazes.

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), acredita que a presença feminina na ciência deve crescer cada vez mais.

— O ingresso da mulher está sendo mais evidente, porque lá se entra por QI de fato, conhecimento, capacidade. O que não significa que esteja tudo bem, mas estamos trilhando um bom caminho — disse.

No evento, foi lançado o vídeo *Mulheres na Ciência*, que mostra desafios enfrentados por pesquisadoras da Embrapa para se tornarem cientistas.

Veja o vídeo, disponível no YouTube: <http://bit.ly/DocMulheresCiencia>



Isabelle, jovem senadora em 2016, agora participará da olimpíada nacional

Jovem senadora vence Olimpíada Brasileira de Neurociências

A participante do Projeto Jovem Senador de 2016 Isabelle da Silva dos Santos venceu a 2ª Olimpíada Brasileira de Neurociências, realizada no dia 15 de abril.

Agora, a jovem de 16 anos, que cursa o 3º ano do ensino médio no Colégio Militar Dom Pedro II, disputará a etapa nacional da competição, que selecionará um estudante para representar o Brasil na International Brain Bee World Championship 2017, em agosto, nos Estados Unidos.

A Olimpíada de Neurociências tem três fases: uma regional, outra nacional e a internacional. A primeira, vencida por Isabelle, foi uma prova de 50 questões, que avaliou conhecimentos em neuroanatomia e neurociências clínicas. Os três primeiros colocados nessa fase têm a chance de competir na olimpíada nacional.

— As provas das fases regionais podem variar de acordo com os recursos disponíveis e os critérios de organização

de cada comitê local. Contudo, existe um nivelamento no grau de dificuldade para equiparar as provas — conta.

Em 6 e 7 de maio ela irá a São Fidélis (RJ), para a 5ª edição da Competição Nacional de Neurociências.

— Desde que decidi participar da olimpíada, mantive em mente uma noção diferente sobre ganhar. Eu quero tirar o melhor que eu puder de cada parte dessa experiência. Acho que, independentemente do resultado, tudo o que a gente vive é bom e importante, porque faz a gente crescer.

Diálogos

Isabelle fala sobre sua experiência como jovem senadora:

— A existência do Programa Jovem Senador mostra que novas portas estão se abrindo para a construção de uma sociedade alicerçada em diálogos e que a próxima geração, que deve escrever o futuro do país, terá apoio nessa jornada. Vivenciar o processo legislativo foi transformador.



A senadora Vanessa Grazziotin (2ª à dir.) preside debate com Joana Chagas, Maria Emília e Vania Castiglioni, da Embrapa

Senado lança novo portal de educação legislativa

O Senado lançou um novo portal de educação, gerido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), a Escola de Governo do Senado Federal. A iniciativa consolida o ILB como escola de formação de quadros dos gabinetes de senadores nos estados e do Legislativo. Serão oferecidos mais de 40 cursos à distância, gratuitos, on-line e abertos aos cidadãos. Há ainda cursos de pós-graduação, certificados pelo Ministério da Educação, para servidores do Senado, da Câmara dos Deputados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Segundo a coordenadora de Capacitação, Treinamento e Ensino do ILB, Simone Dourado, a mudança busca atender melhor os usuários, com informações sobre os cursos e serviços que podem ser encontrados no site.

— Faremos uma divulgação constante do nosso portfólio educacional, atingindo o nosso público a qualquer hora do dia. Queremos aproximar cada vez mais o nosso público dos servi-

ços que oferecemos — afirmou.

A coordenadora destacou que uma das novidades é a oferta de cursos de formação legislativa on-line, gratuitos e com certificação, destinados à atividade parlamentar e a todos os servidores públicos.

Formação

Nos cursos oferecidos e previstos, os temas abordados são, entre outros: ética e administração pública, ciência política, Poder Legislativo municipal, gestão do conhecimento, economia, redação e técnica legislativa, cerimonial, ouvidoria, direito administrativo, licitação, Orçamento, Lei de Acesso à Informação, direito constitucional e doutrinas políticas.

— Nessa nova área [de formação legislativa], veremos uma trilha de conhecimentos que vai ajudar não só o gabinete parlamentar no estado, mas também todos os servidores públicos que buscam manter-se atualizados e desenvolver competências básicas, ge-

renciais e específicas para o exercício do cargo — explica.

O projeto foi iniciado em março de 2016, quando o ILB decidiu atualizar o site. Começou, então, uma parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), acompanhada pelo Comitê Gestor de Internet do Senado.

Navegação

Segundo o chefe do Serviço de Arquitetura da Informação e Design do Prodasen, Cássio Silva, a ideia inicial foi elaborar as páginas da Escola de Governo para deixar a navegação no ambiente de ensino fácil e intuitiva.

— O resultado é bem diferente do anterior, embora algumas licenças artísticas tivessem que ser adaptadas ao ambiente do Senado, sempre harmonizando com o projeto gráfico vigente. Em suma, a proposta é mais clara para que o aluno encontre o que precisa.

Acesse o novo portal: <http://bit.ly/ilbeducao>

Regina lembra Dias dos Trabalhadores Domésticos, comemorado ontem

O Dia dos Trabalhadores Domésticos, comemorado ontem, foi lembrado por Regina Sousa (PT-PI). A senadora lamentou que 92% dos trabalhadores da categoria ainda sejam mulheres negras e ressaltou que muitos homens consideram o serviço doméstico “trabalho de mulher”.

Segundo ela, são quase 6 milhões de empregados domésti-



Regina Sousa

cos que conquistaram, recentemente, direitos como carteira assinada e jornada fixa, mas precisam continuar lutando para manter as conquistas, devido à proposta de reforma da Previdência.

— Tudo o que foi dado com uma mão está sendo tirado com a outra, nessa reforma que estão propondo aí para os trabalhadores e as trabalhadoras.

Dário reclama da demora do governo para liberar pesca em Santa Catarina

Dário Berger (PMDB-SC) pediu que o governo libere a portaria que autoriza os pescadores artesanais a exercerem a pesca da tainha, que começa no dia 1º.

O senador reclamou da burocracia e do descaso com o setor da pesca, que deixou de ter um ministério e, para ele, deveria estar ligado ao Ministério da Agricultura, não ao da



Dário Berger

Indústria. Dário informou que os pescadores de Santa Catarina, o estado que mais produz pescado de origem marinha, fizeram uma manifestação ontem, fechando a BR-101 e queimando pneus, devido à demora na liberação da pesca.

— Queria pedir ao governo que tenha mais responsabilidade com essa atividade.